

ATIVIDADES PERÍODO PANDEMIA CEJA BC E UDS

PROFESSOR MÁRCIO ANTONIO SILVA DE PONTES.....DISCIPLINA...HISTÓRIA.....
TURMA...84/87/460/448..... SEMANA DE ..29../06../2020 a ..03../07../2020

NOME DO ALUNODATA DE DEVOLUÇÃO.....

DO IMPÉRIO AO BRASIL REPÚBLICA

O Primeiro Reinado (1822-1831) marcou os anos iniciais do Brasil como nação independente após o processo de independência ter sido conduzido por intermédio de D. Pedro I. Com esse acontecimento, o Brasil transformou-se em uma monarquia – a única da América Latina – e foi governada por D. Pedro I de maneira autoritária.

Independência do Brasil

O processo de independência do Brasil foi resultado das pressões exercidas pelas cortes portuguesas sobre D. Pedro I, que se tornou regente do Brasil quando seu pai, D. João VI, retornou para Portugal em 1821. As cortes portuguesas haviam sido formadas durante a Revolução Liberal do Porto e pressionavam as autoridades reais por mudanças em Portugal.

Essas pressões sobre o regente levaram-no à liderança do processo de ruptura entre Brasil e Portugal. Assim, incentivado por D. Leopoldina e José Bonifácio, o próprio D. Pedro I declarou a independência do Brasil no dia 7 de setembro, às margens do Rio Ipiranga. Seguiu-se, então, uma guerra de independência travada em diferentes partes do Brasil, com combates de baixa intensidade.

Acontecimentos do Primeiro Reinado

Os primeiros dois anos do Brasil como nação independente tiveram como principal debate (além da procura pelo reconhecimento internacional) a elaboração de uma constituição para o país.

A Constituinte assumiu suas funções em maio de 1823, e a elaboração da Constituição gerou desentendimentos profundos entre os deputados e D. Pedro I. O grande debate era acerca do alcance dos poderes políticos do imperador. Os constituintes queriam que os poderes do imperador fossem limitados e que ele não tivesse a permissão de dissolver a Constituinte quando bem entendesse. Essa postura dos constituintes, de procurar limitar o poder real, naturalmente, gerou insatisfação em D. Pedro I, que defendia que seu poder fosse centralizador e autoritário sobre a nação.

Essa disputa entre os constituintes e o imperador resultou em um evento conhecido como Noite da Agonia. No dia 12 de novembro de 1823, por ordens de D. Pedro I, militares invadiram a Assembléia Constituinte e prenderam os deputados opositores do imperador. A constituição elaborada por D. Pedro I e seu conselho foi outorgada, isto é, foi imposta por vontade do imperador no dia 25 de março de 1824.

A Constituição de 1824 tinha, entre outros pontos, a existência de quatro poderes: o executivo, legislativo, judiciário e o poder moderador. O poder moderador representava unicamente a figura do imperador e cedia-lhe direitos políticos plenos.

Renúncia de D. Pedro I: As posturas autoritárias de D. Pedro I geraram forte insatisfação, principalmente entre as elites do Nordeste. Além do autoritarismo do imperador, os altos impostos e os impactos ideológicos e ter perdido a Guerra da Cisplatina, quando o Uruguai se tornou independente do Brasil. Junta-se a isso o fato de seu irmão, casado com sua filha, querer usurpar seu trono em Portugal, também um episódio conhecido como “A Noite das Garrafadas”, quando uma confusão entre apoiadores e não apoiadores de D. Pedro I gerou uma briga no centro do Rio de Janeiro, foram o limite para Pedro I resolver deixar o país.

A abdicação de D. Pedro I ao trono brasileiro em favor de seu filho deu início a um período da história brasileira conhecido como Período Regencial, no qual Pedro de Alcântara tinha apenas cinco anos e, portanto, não tinha idade legal para assumir o trono brasileiro.

O Período Regencial foi um hiato entre o 1º e o 2º império enquanto D. Pedro II era menor de idade e não podia governar, sendo portanto o Brasil governado por 3 políticos (Regência Trina) e posteriormente 1 político (Regência Una).

O Segundo Reinado foi o período da história brasileira em que o Brasil foi governado por Dom Pedro II. Esse período iniciou-se com o Golpe da Maioridade, de 1840, que antecipou a maioridade de D. Pedro II, permitindo-o assumir o trono com apenas 14 anos. D. Pedro II governou o Brasil até 1889 e, em seu reinado, diversas mudanças aconteceram no país.

Nos primeiros dez anos de seu reinado, o imperador tratou de consolidar sua posição no poder e conter as disputas políticas existentes entre liberais e conservadores. Uma das medidas mais importantes tomadas por D. Pedro II foi a imposição de um modelo conhecido por parlamentarismo às avessas.

Nesse modelo, D. Pedro II nomeava os membros do gabinete ministerial de acordo com o poder que lhe era atribuído pelo Poder Moderador. No entanto, caso a Câmara dos Deputados não estivesse alinhada com seus interesses, D. Pedro II dissolvia-a e convocava novas eleições para que uma nova Câmara fosse composta com membros que

defendessem os interesses do imperador. Além disso, foi colocada em prática uma política de revezamento, que alternava liberais e conservadores no poder.

O Segundo Reinado foi um período marcado por intensas disputas políticas entre grupos que possuíam diferentes interesses. Uma dessas disputas aconteceu entre aqueles que defendiam o fim do trabalho escravo – os abolicionistas – e aqueles que defendiam sua manutenção – os escravistas. No entanto, a questão do fim do trabalho escravo era antiga no Brasil e remontava ainda ao período do Primeiro Reinado.

Desde o Primeiro Reinado, o governo brasileiro adiava a tomada de ações contra o tráfico negreiro, que trazia escravos da África para o Brasil. Essa postura indolente do Brasil foi abandonada por causa das pressões feitas pela Inglaterra, sobretudo a partir do Bill Aberdeen. O resultado disso foi a aprovação da Lei Eusébio de Queirós.

A Lei Eusébio de Queirós decretou a proibição do tráfico negreiro no Brasil a partir de 1850, resultando no fim desse comércio no Brasil de maneira concreta. A partir daí, a mão de obra escrava no Brasil tornou-se mais rara e, portanto, mais cara. Uma das formas encontradas pelos escravistas produtores de café foi realizar a compra de escravos da região Nordeste.

Ao longo da segunda metade do século XIX, a queda de braços entre abolicionistas e escravistas levou ao decreto de algumas leis que faziam uma transição gradual e lenta para o fim oficial da escravidão, como a Lei do Ventre Livre (1870) e a Lei dos Sexagenários (1884). A abolição do trabalho escravo no Brasil consolidou-se em 1888 com a Lei Áurea.

No campo econômico, um novo produto estabeleceu-se como principal artigo econômico do Brasil: o café. O cultivo do café prosperou inicialmente na região do Vale do Paraíba fluminense e paulista. Com o sucesso dessa atividade no Brasil, as áreas produtoras de café expandiram-se para a região do Oeste Paulista, que também prosperou rapidamente.

Os cafeicultores e a alta demanda por mão de obra para trabalhar nas fazendas de café foram essenciais para o aumento do fluxo de imigrantes no Brasil, sobretudo na década de 1880, quando a escravidão estava em crise aguda. Em geral, os imigrantes vieram de regiões como Itália, Portugal, Espanha, Alemanha, Japão etc.

Guerra do Paraguai: Um divisor de águas na história do Segundo Reinado foi a Guerra do Paraguai, que ocorreu de dezembro de 1864 a março de 1870. O Brasil saiu vitorioso após cinco anos de conflito, mas amargou impactos negativos, sobretudo na economia. O Brasil teve aproximadamente 50 mil mortos, e a posição de Dom Pedro II saiu enfraquecida. A partir daí, o exército e o movimento republicano ganharam forças nos quadros políticos do Brasil.

Proclamação da República: O enfraquecimento da monarquia consolidou-se a partir de três rupturas que aconteceram a partir da década de 1870: 1) a Questão Religiosa, que marcou o afastamento entre Igreja Católica e Estado; 2) a Questão Militar, que marcou o afastamento do Exército e do Estado em virtude de demandas não atendidas; 3) e, finalmente, a Questão Escravocrata, que marcou o afastamento dos escravistas e do Estado.

Além dos defensores do republicanismo, o Exército foi o grande articulador do fim da monarquia no Brasil. A influência dos ideais positivistas e a insatisfação com a baixa valorização da corporação – segundo alegavam na época – foram os grandes motivos que os levaram a conspirar contra a monarquia.

Em 11 de novembro de 1889, o Marechal Deodoro da Fonseca foi convencido por um grupo encabeçado por Quintino Bocaiuva, Benjamin Constant e Marechal Floriano Peixoto, para que liderasse um golpe contra o gabinete ministerial. Esse golpe foi liderado pelo próprio Marechal Deodoro da Fonseca no dia 15 de novembro de 1889, e a Proclamação da República foi realizada de fato no mesmo dia por José do Patrocínio. Dois dias depois, D. Pedro II exilou-se na Europa.

República da Espada: Uma vez proclamada a República, foi estabelecido um Governo Provisório. Deodoro da Fonseca foi o escolhido para ser o presidente provisório do Brasil. No entanto, enquanto esteve no poder provisoriamente, Deodoro deu demonstrações de autoritarismo, o que desagradou parte dos políticos, que logo agiram para que uma nova Constituição fosse redigida.

Uma Assembléia Constituinte nomeou cinco pessoas para redigir a nova Constituição brasileira. A nova Constituição foi revisada por Rui Barbosa e, após apreciação da Constituinte, foi aprovada e promulgada em 24 de fevereiro de 1891. A Constituição de 1891 trouxe mudanças importantes para o Brasil:

- Federalismo: esse sistema permitia um maior grau de autonomia para os (agora nomeados) estados;
- Sufrágio universal masculino: homens maiores de 21 anos alfabetizados e que não fossem mendigos ou soldados rasos tinham direito ao voto. Mulheres não poderiam votar;
- Presidencialismo: foi estabelecido o cargo de presidente como o representante máximo do Executivo no Brasil. O presidente seria eleito em voto direto para um mandato de quatro anos.

As medidas de Deodoro geraram uma forte reação, sobretudo dos políticos defensores de Floriano Peixoto e membros da Marinha. O presidente brasileiro foi obrigado a renunciar no dia 23 de novembro do mesmo ano. O sucessor de Deodoro na presidência foi seu vice, o marechal Floriano Peixoto.

Durante o governo de Floriano Peixoto, os grandes destaques foram as revoltas que se iniciaram em diferentes partes do Brasil e que demandaram intervenções diretas do governo. A repressão do governo contra esses movimentos rendeu a Floriano a alcunha de “marechal de ferro”. Os dois movimentos foram a Revolução Federalista e a Revolta da Armada.

A Revolução Federalista (1893-1895) foi resultado de uma disputa entre grupos políticos do Rio Grande do Sul. Um grupo defensor do parlamentarismo iniciou uma luta contra os federalistas locais. O governo brasileiro posicionou-se do lado dos federalistas nesse conflito que rendeu 10 mil mortos. Posteriormente, os confrontos estenderam-se para Santa Catarina e Paraná. O grupo apoiado pelo governo saiu vitorioso.

A Revolta da Armada (1893-1894), por sua vez, foi uma rebelião de parte da Marinha, que invadiu embarcações, apontou-as para o Rio de Janeiro e bombardeou a cidade. Essa rebelião é vista pelos historiadores como uma reação dos monarquistas contra o governo de Floriano Peixoto (a Marinha era um reduto que possuía grande número de monarquistas).

Posteriormente, os envolvidos com a Revolta da Armada moveram-se para a região de Santa Catarina e aliaram-se com os liberais defensores do parlamentarismo que lutavam contra os federalistas na Revolução Federalista. O movimento, no entanto, fracassou e enfraqueceu definitivamente o monarquismo no Brasil.

Encilhamento

Além da crise política, a República da Espada também foi marcada por uma forte crise econômica. Essa crise econômica foi resultado da política que Rui Barbosa implantou na economia brasileira. Rui Barbosa, Ministro da Fazenda, permitiu que bancos privados emitissem papel-moeda e facilitou o acesso ao crédito como formas de impulsionar a economia.

Os resultados foram desastrosos, e a economia brasileira enfrentou desvalorização da moeda, aumento na especulação financeira e aumento da inflação. Os efeitos do Encilhamento só foram contidos por volta de 1897, durante o governo de Prudente de Moraes. A crise na economia brasileira estava inserida no contexto de crise mundial do capitalismo, que se estendia desde 1873.

A República Oligárquica (1894-1930) se caracteriza pela alternância de poder entre as oligarquias cafeeiras dos estados de Minas Gerais e de São Paulo.

Os presidentes desta época foram eleitos, na maioria das vezes, pelo Partido Republicano Paulista e o Partido Republicano Mineiro.

A partir dos anos 30, alguns historiadores chamam esta fase de Primeira República, República dos Coronéis ou República do Café com leite e ainda, República Velha.

Oligarquia: A palavra oligarquia vem do grego e significa “governo de poucos”. Assim, "oligarquia" designa um governo que é dominado por um grupo de pessoas ou famílias que está unido pela mesma atividade econômica ou partido político.

As **oligarquias** acabam formando grupos fechados rechaçam qualquer forma de pensamento diferente. Desta forma, mesmo na democracia, é possível haver casos de governos oligárquicos.

República Oligárquica no Brasil: No Brasil, o período é identificado quando as oligarquias rurais dominavam o cenário político brasileiro.

Normalmente, os presidentes eleitos eram do Partido Republicano Paulista (PRP), do Partido Republicano Mineiro (PRM). Esta prática era denominada política do café-com-leite em alusão as maiores riquezas geradas por estes dois estados.

O primeiro presidente civil eleito, após Marechal Floriano Peixoto, foi Prudente de Moraes, apoiado pela oligarquia cafeeira paulista.

Seu mandato durou de 1894 a 1898 quando foi substituído pelo também paulista Campos Salles, do Partido Republicano Paulista.

Características da República Oligárquica: Os presidentes eleitos usavam sua influência política para beneficiar os cafeicultores e garantir sua permanência no poder.

Deste modo era importante construir alianças estaduais como a Política dos Governadores e assegurar o resultado eleitoral através da fraude. Esta prática ficou conhecida como Voto de Cabresto.

Os chefes locais que exerciam esta prática eram denominados coronéis, apesar de não estarem vinculados ao Exército. Assim, esta política de conseguir votos pela força e troca de favores também é chamada de coronelismo.

Fim da República Oligárquica: O período da República Oligárquica se encerra quando Getúlio Vargas, candidato derrotado nas eleições de 1930, impede a posse de Júlio Prestes.

Com a Revolução de 1930 outros atores sociais entram no cenário político brasileiro modificando certas formas de governar.

ATIVIDADES PERÍODO PANDEMIA CEJA BC E UDS

PROFESSOR MÁRCIO ANTONIO SILVA DE PONTES.....DISCIPLINA...HISTÓRIA.....

TURMA...84/87/460/448..... SEMANA DE .29../.06../2020 a ..03../.07../2020

NOME DO ALUNODATA DE DEVOLUÇÃO.....

1) Qual o grau de parentesco de D. João VI em relação à D. Pedro II?



-)Pai
-)Tio
-)Avô
-)Bisavô

2) As 3 questões que causaram a queda de D. Pedro II e da Monarquia no Brasil foram:

-)Guerra da Cisplatina, Papa x Maçonaria, Abolição
-)Guerra da Cisplatina, Elite, Maçonaria
-)Guerra da Cisplatina, Abolição, Militares
-)Militares da Guerra do Paraguai, Papa x Maçonaria,
-)Abolição

3) No período que vai de D. Pedro I até o Presidente Getúlio Vargas, os períodos políticos que dividem a história brasileira são:

-)1º e 2º Império, República da Espada e República Velha (café-com-leite)
-)1º, 2º e 3º Império, República da Espada e República Velha (café-com-leite)
-)1º Império, Período Regencial, 2º Império, República da Espada e República Velha (café-com-leite)
-)Império, Período Regencial, República da Espada e República Velha (café-com-leite)

4) Não foi uma lei Abolicionista

-)Lei do Ventre-Livre
-)Lei da Alforria
-)Lei dos Sexagenários
-)Lei Áurea

5) Data da Proclamação da República.

-)15/11/1889
-)11/11/1889
-)22/04/1500
-)7/9/1822

6) Envolvidos no Golpe que implantou a República do Brasil:

-)Mal Deodoro, Benjamin Constant, Prudente de Moraes
-)Mal Deodoro, Benjamin Constant, Campos Salles
-)Mal Deodoro, Benjamin Constant, Mal Floriano
-)Mal Deodoro, Benjamin Constant, Princesa Isabel

7) O período em que os 2 primeiros presidentes da República do Brasil governaram ficou conhecido como a República...

-)da Armada
-)da Espada
-)do café-com-leite
-)Oligárquica

8) "República Oligárquica", quer dizer...

-)Governo de uma minoria
-)Governo de Oligos
-)Governo de uma maioria
-)Governo Militar

9) Na política do Café-com-leite, havia uma prática comum que está sendo representada na imagem abaixo. Que prática era essa?



-)A venda de cavalos entre fazendeiros
-)A Venda de leite e o transporte por cavalos
-)O voto de cabresto
-)O Encilhamento

10) Na República Oligárquica, também conhecida como República Velha, a política do café-com-leite consistia no revesamento no poder pela elite de 3 Estados. Quais seriam esses Estados?

-)São Paulo, Rio e Paraíba
-)Minas, São Paulo e Paraíba
-)Rio, Minas e São Paulo
-)São Paulo, Rio e Espírito Santo